



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

Considerando a necessidade de manter permanentemente os serviços de saúde de nosso município, e com o objetivo de atender as demandas da secretaria de saúde. De forma geral, a aquisição desses materiais é fundamental para a manutenção das atividades de assistência a saúde.

Objetivando a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades-meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a aquisição dos materiais médico hospitalar e ambulatorial.

Justifica-se a necessidade da aquisição desses materiais, para que ocorra a assistência em saúde nas 19 equipes de estratégia de saúde da família, bem como, no Centro de atendimento em Saúde (CASA), Centro de atendimento em especialidades Médicas (CEMAE) Centro de Reabilitação (CER), Samu-Salvar e toda e qualquer equipe assistencial, tendo em vista que alguns desses itens foram fracassados no Pregão Eletrônico 59/2023, ficando em falta nas unidades de saúde.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	quantidade	Valor unitário	Quantidade mínima
80016016	BANDEJA RETANGULAR LISA INOX 18 X 08 X 2,5CM	UN	20	72,46	20
80022933	CAMPO FENESTRADA SIMPLES TECIDO BRIM 100% ALGODÃO	UN	100	2,53	100
80021831	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14 GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	2	57,00	2
80021832	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16 GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	2	93,00	2
80016040	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5 PACOTE COM 500 UNIDADES	PCT	8000	14,28	5000
80016076	ESCOVA - ESCOVINHA DE LIMPEZA DE MATERIAIS	UN	100	20,77	100



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

14012412	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML	FR	100	7,68	100
80015520	SORO RINGER COM LACTATO, 500ML	FR	144	8,20	144
80021801	TESOURA ÍRIS RETA	UN	40	15,59	40
7010124	PINÇA POZZI 24 CM	UN	10	49,12	10
80023077	HISTEROMETRO	UN	10	59,25	10
73010111	PINÇA CHERON 24 CM	UN	10	51,99	10
19011495	Sonda nutrição enteral com guia 6fr sonda trato digestivo aplicação nasoenteral material poliuretano, calibre n°6 comprimento cerca de 60 cm conector em Y com tampa, graduada, ponta distal fechada com orifício laterais com fio guia peso metálico adicionais de rapiopaca estéril descartável, embalagem individual.	un	20	9,74	20

A quantidade mínima a ser exigida para as gazes é de 5000, visto que é de extrema importância que não haja falta deste produto na assistência em saúde dos nossos usuários. Para os demais itens, não há a possibilidade de diminuir a quantidade pedida devido o mínimo já solicitado e ainda alguns itens serem de uso permanente.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência será de até 12 meses, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de Registro de Preço, **através de processo licitatório**, de materiais médico hospitalar e ambulatorial, visando atender as necessidades dos setores, e serão utilizados em procedimentos de pacientes que necessitam de assistência, nas ESFs (estratégia de saúde da família), CEMAE(centro de atendimento especializado), CER (centro especializado em reabilitação), CASA (centro de atendimento em saúde), SAMU (serviço móvel de atendimento a urgência), PAM (pronto atendimento municipal), ou seja em todo e qualquer setor da secretaria municipal de saúde que presta atendimento a pacientes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

O sucesso do processo licitatório vai viabilizar a realização de procedimentos adequados aos pacientes, evitando o encaminhamento desnecessários a outros serviços, ainda ensejando a racionalização de recursos, em todas as áreas pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, poderá a administração adquirir-los com economicidade, transparência e legalidade, cumprindo com a Lei nº 14.133/2021. Ainda neste contexto, saliento que se faz necessária a aquisição desses materiais para atender às demandas dos serviços de saúde, que terá como consequência a melhoria de atendimento da nossa população.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a realização de pregão eletrônico, para Registro de Preços de materiais médico hospitalares e ambulatoriais.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os materiais referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado. Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

Ser o único responsável pelos custos com o frete e efetiva entrega do objeto em tela, bem como por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de São Borja ou a terceiros, provenientes do fornecimento dos produtos, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante. Manter, durante a futura execução contratual, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo. Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que os produtos vierem causar à Prefeitura Municipal de São Borja ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja. E ainda, cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização Prefeitura Municipal de São Borja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.

A compra dos materiais propostos neste TR, serão entregues conforme necessidade dos departamentos, mediante prévia solicitação de compra. A gestão e a Fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do município de São Borja, nos Termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

() No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 dias.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(X) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo.

() O prazo de garantia para os serviços de instalação, deverá ser de, no mínimo, ____ (____) ____ dias/meses, a contar do recebimento definitivo.

() Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para o(a) Secretaria Municipal de Saúde, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Gabriela Magalhães Andrade, Enfermeira, atencaobasica@saoborja.rs.gov.br, 553431-1669, COREN RS 103251, seu substituto será Vanessa Polga Rolin, enfermeira, 553431-1669, COREN RS 244576, vanessapolga@yahoo.com.br, e ainda como Gestor do contrato, Sabrina Dornelles Loureiro, Secretária de Saúde, Decreto nº 18.419/2020.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 dias para bens ou 15 dias corridos para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante opta por realização de Processo licitatório para Registro de Preço.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

materiais medico hospitalar e ambulatorial exigem atestados de capacidade técnica bem como, registros específicos .

Atestado de capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público e privado, comprovando que a proponente tenha entregue produto similar ao objeto. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelos serviços de vigilância Sanitária da Sede do licitante. Autorização de funcionamento de Empresa (AFE), emitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (X) Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:
registro ANVISA

19.4 AMOSTRA

(X) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever:

Todos os produtos solicitados deverão ser de primeira qualidade.

As especificações devem seguir as estabelecidas na descrição técnica do produto e ainda trazer todos os dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, número do item, etc.

Os produtos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis;

Substituir os produtos entregues que apresentarem defeito em até 30 (trinta) dias, por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente fornecidos, inclusive mantendo o preço.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A apresentação da autorização de funcionamento de empresa (AFE), da empresa licitante emitida pelo Ministério da saúde

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Os objetos que contemplem valores inferiores a R\$ 80.000,00, serão destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas (art. 47LC 123/2006). Para o objeto que contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$ 80.000,00, foi prevista cota reservada.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
1	20	UN	BANDEJA RETANGULAR LISA INOX 18 X 08 X 2,5CM	72,46
2	100	UN	CAMPO FENESTRADA SIMPLES TECIDO BRIM 100% ALGODÃO	2,53
3	2	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14 GA, CX COM 100 UNIDADES	57,00
4	2	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16 GA, CX COM 100 UNIDADES	93,00
5	8000	PCT	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5 PACOTE COM 500 UNIDADES	14,28
6	100	UN	ESCOVA - ESCOVINHA DE LIMPEZA DE MATERIAIS	20,77
7	100	FR	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML	7,68
8	144	FR	SORO RINGER COM LACTATO, 500ML	8,20
9	40	UN	TESOURA ÍRIS RETA	15,59
10	10	UN	PINÇA POZZI 24 CM	49,12
11	10	UN	HISTEROMETRO- DE SIMS 27 CM PARA USO GINECOLÓGICO em aço inoxidável autoclavável	59,25
12	10	UN	PINÇA CHERON 24 CM	51,99
13	20	UN	Sonda nutrição enteral com guia 6frsonda trato digestivo aplicação nasoenteral material poliuretano, calibre nº6 , comprimento	9,74



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

			cerca de 60 cm conector em Y com tampa, graduada, ponta distal fechada com orifício laterais com fio guia peso metálico adicionais de rapiopaca estéril descartável, embalagem individual.	
TOTAL				R\$ 122.690,00

Para estimativa de valores foi utilizado o site Licitacon, com uso de media de preços dos itens por serem idênticos.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

**Gabriela Magalhães Andrade
SMS 15/02/2024**

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10
Unidade: 04
Função: 301
Programa: 0154
Projeto/Atividade: 2088
Elemento: 339030
Recurso: 1621; 1600; 1500

Órgão: 10
Unidade: 04
Função: 301
Programa: 0155
Projeto/ Atividade: 2100
Elemento: 339030
Recurso: 1600

Órgão: 10
unidade: 04
Função: 302
Programa: 0155
Projeto/Atividade: 2293
Elemento: 339030
Recurso: 1600

Órgão: 10
Unidade: 04
Função: 301
Programa: 0155
Projeto/Atividade: 1058
Elemento: 339030
Recurso: 1621; 1600

Órgão: 10
Unidade: 04
Função: 302
Programa: 0155
Programa/Atividade: 2231
Elemnto: 339030
Recurso: 1600; 1500



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 07 de Março de 2024.

Gabriela Magalhaes Andrade
Enfermeira Coren 103251

Sabrina Dornelles Loureiro
Decreto 18419/20

() Defiro

() Indefiro

Eduardo Bonotto
Prefeito de São Borja/RS